

DIDÁTICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: A METODOLOGIA DE ENSINO ADOTADA NA ESCOLA TÉCNICA DE GOIÂNIA NOS SEUS PRIMEIROS ANOS

Helvécio Goulart Malta de Sá¹

Denise Silva Araújo²

Gilda A. Nascimento Nunes³

Lázara Lisboa da Costa Mendonça⁴

Resumo

Neste texto, apresenta-se parte dos resultados de uma pesquisa que objetivou analisar o processo de transferência da Escola de Aprendizes Artífices (EAA) da Cidade de Goiás para a nova capital e sua transformação na Escola Técnica de Goiânia (ETG). O recorte temporal foi a Década de 1940, sob a orientação da Reforma Capanema, ou seja, no contexto do Estado Novo, no Brasil. A efervescência deste momento político e econômico nos instigou a indagar: quais as principais mudanças, permanências e contradições ocorridas durante o processo de transferência da EAA? Objetiva-se, aqui, principalmente, analisar a metodologia de ensino utilizada na ETG, nos seus primeiros tempos na nova capital. A abordagem epistemológica foi o Materialismo dialético e os procedimentos de coleta de informações: análise de documentos primários e entrevistas com alunos, das três primeiras turmas da Escola. Foram muitas as mudanças empreendidas com a finalidade organizar, no Planalto Central, uma instituição de educação profissional para formar o trabalhador dedicado e competente, que contribuísse para inserir o Brasil no caminho do progresso e isso se reflete no currículo e nas práticas de ensino adotadas. Nesse sentido, embora no ensino das disciplinas de

¹ Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás. Arquiteto e urbanista. Licenciado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás. Email: helveciogms@gmail.com

² Doutora em Educação pela UFG. Professora Adjunta da Faculdade de Educação da UFG. Professora aposentada do PPGE da PUC Goiás. E-mail: denisearaujo17@gmail.com.

³ Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás – PUC-Goiás. Licenciada em matemática e Bacharel em Sistema de Informação. Professora adjunta da UniEvangélica - Facer Faculdade de Rubiataba. Professora na Rede Estadual de Ensino. Email: gildagnascimento@gmail.com.

⁴ Mestre em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás - PUC Goiás. Coordenadora Pedagógica e Psicopedagoga Institucional da Faculdade Evangélica de Goianésia (FACEG). E-mail: lazaralisboa02@hotmail.com

Cultura Geral, predominasse a pedagogia tradicional, no ensino da Cultura Técnica, foram utilizados modernos maquinários e uma metodologia considerada mais racional, eficiente e eficaz. O modelo de aprendizagem de ofícios da antiga EAA foi substituído pelas séries metódicas, compatíveis com o maquinário moderno das oficinas e com a ideologia taylorista/fordista, adotado para a formação de um trabalhador que se adequasse às exigências do momento político e econômico que o Brasil vivenciava durante a vigência do Estado Novo.

Palavras-chave: história da educação; educação profissional; ensino industrial em Goiás; metodologia de ensino.

Introdução

Neste texto, apresenta-se parte dos resultados de uma pesquisa que objetivou analisar o processo de transferência da Escola de Aprendizes Artífices (atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG) da Cidade de Goiás para a nova capital e sua transformação na Escola Técnica de Goiânia.

A escolha do IFG como campo de investigação deve-se a sua importância, no contexto da história da educação profissional no Estado de Goiás. No ano de 2009, a instituição completou um século de existência. Surgiu na Cidade de Goiás, como Escola de Aprendizes Artífices (EAA) e passou por várias transformações, constituindo-se como um elemento fundamental na educação goiana, marcando a vida de várias gerações.

A EAA funcionou na Cidade de Goiás, até 1941. Em 1942, a Escola foi transferida para Goiânia, devido à mudança da capital do Estado. A instituição foi instalada no centro da nova metrópole e não mudou apenas de sede, mas ganhou outro nome: Escola Técnica de Goiânia (ETG). As modificações na legislação educacional, na época, determinaram uma reestruturação administrativa e pedagógica das escolas profissionais. Com isso, a ETG se organizou em moldes diferentes da EAA, como será explicitado neste trabalho.

Além disso, a Escola assumiu um papel coerente com o contexto político e econômico da sociedade brasileira e com a relevância da Região Centro-Oeste, nas décadas de 1930 e 1940, no processo de passagem do modelo agrário-exportador para o modelo de substituição das importações, por meio da industrialização do país. O Brasil precisava expandir a área produtora de matérias-primas para a indústria em ascensão e ampliar seu mercado interno consumidor. Diante disso, o Governo Vargas empreendeu a “Marcha para o Oeste”, a fim de expandir as fronteiras agrícolas.

A efervescência desse momento político e econômico marcou a trajetória da ETG. Diante disso, foi formulada a questão, assumida como o problema da pesquisa: quais as principais mudanças e permanências ocorridas durante o processo de transferência da EAA da cidade de Goiás para Goiânia?

Neste texto, vamos nos ater aos aspectos referentes à metodologia de ensino e aos recursos didáticos. A abordagem epistemológica escolhida para orientar esta investigação foi o Materialismo Histórico Dialético, com o intuito de apreender as contradições que permearam esse processo de transferência. O caráter científico do conhecimento histórico consiste na essência dessa abordagem teórica, que se fundamenta na análise das estruturas econômicas e da dinâmica das sociedades humanas com o objetivo de orientar a práxis social. Nessa perspectiva, as transformações não ocorrem pela atuação isolada de indivíduos, mas pelas lutas de classe. Assim, a liberdade, a consciência e as decisões das pessoas são determinadas pelo desenvolvimento das forças produtivas (MARX; ENGELS, 2005; FRIGOTTO, 1997).

Os dados que compuseram o corpo empírico do trabalho foram obtidos por meio da análise de documentos primários e entrevistas com quatro ex-alunos das três primeiras turmas da ETG. Um deles, inclusive, estudou na antiga EAA, na Cidade de Goiás, e pôde relatar como vivenciou este processo de transferência. Essas entrevistas contribuíram para preencher lacunas e elucidar importantes aspectos da vida cotidiana da instituição, que os documentos primários e a literatura não possibilitavam apreender.

Os sujeitos que contribuíram para a construção dos dados desta pesquisa foram dois egressos da primeira turma, uma ex-aluna da segunda turma e um da terceira. H.N. foi aluno da primeira turma do Curso Industrial Básico – Artífice em Mecânica de Máquinas (1943-1946) e da primeira turma do Curso Técnico – Construção de Máquinas e Motores (1947-1949). J.O.F. foi educando da Escola de Aprendizizes Artífices de Goiás, no Curso de Artífice em Alfaiataria (1939 – 1940) e da primeira turma da ETG. (1943 – 1946). Diplomou-se no Ensino Industrial Básico – Artífice em Tipografia e Encadernação. O.A. frequentou a segunda 2ª turma da ETG (1944 – 1948), no Curso Industrial Básico – Artífice em Alfaiataria. Ela foi aluna da primeira turma em meninas puderam ter acesso à Escola. Concluiu o primeiro ciclo de estudos básicos, na ETG, e cursou o segundo ciclo, no Colégio Santo Agostinho. B.A.C. foi aluno da terceira turma da ETG (1945 – 1948) e diplomou-se no Curso Industrial Básico – Artífice em Marcenaria. Cursou o segundo ciclo na Escola Técnica Nacional do Rio de Janeiro (1949 – 1951), onde se formou no Curso Técnico Industrial – Edificações.

Para analisar as falas dos egressos, foram elaboradas nove categorias, em torno das quais foram agrupados os dados obtidos nas entrevistas: o processo de mudança da escola; a clientela atendida e a finalidade da instituição; os professores - quem eram e sua formação; o currículo - cursos, disciplinas e atividades curriculares e extracurriculares; rotinas, disciplina e cultura escolar; gestão e organização administrativa e pedagógica; organização espacial da ETG; materiais didáticos, equipamentos e metodologias de ensino; inserção do egresso no mercado de trabalho e no ensino superior.

Neste trabalho iremos abordar apenas três: o processo de mudança da escola; o currículo: cursos, disciplinas e atividades curriculares e extracurriculares; materiais didáticos, equipamentos e metodologias de ensino, nos três subitens a seguir.

O processo de mudança da escola

Com a mudança da capital do Estado de Goiás para Goiânia, diversos órgãos públicos foram transferidos da cidade de Goiás para a nova sede do governo estadual. Dentre eles podem-se destacar as instituições de ensino como o Liceu de Goiás, a Escola Normal e a Escola de Aprendizes Artífices (COELHO, 2005).

Escola Técnica de Goiânia (ETG)
Início da década de 1940



Fonte: Acervo MIS-GO.

Destacando-se por sua arquitetura em estilo *art déco*, a ETG se constituiu como estabelecimento diferenciado de ensino profissional, idealizado e construído para o desempenho específico dessa finalidade. Silva (2006) relata que, em 1942, o prédio da ETG estava em condições de iniciar o ano letivo. Entretanto isso não aconteceu, pois o então interventor de Goiás, Dr. Pedro Ludovico Teixeira, requisitou o prédio da escola, para sediar diversas atividades do Batismo Cultural de Goiânia, que ocorreu no período entre o dia 20 de junho ao dia 10 de julho de 1942, em que se realizou uma série de inaugurações na nova capital, inclusive a da ETG.

Conforme recordou o egresso H.N., para sediar as atividades do Batismo Cultural, foi construído na entrada lateral da ETG, pela Rua 66, um pórtico, que marcava a entrada de uma grande exposição de produtos agropecuários e artesanais dos diversos municípios goianos e até de outros estados, realizada no pátio da Escola, durante o evento.

Segundo Silva (2006), apenas em janeiro de 1943 foram abertas as inscrições para a primeira seleção da ETG. Quando a escola começou a funcionar, faltavam muitos recursos materiais e humanos, mas isso não impediu o início das aulas, pois as pessoas que trabalhavam na instituição se empenharam para oferecer o melhor ensino possível, dentro das condições existentes, neste primeiro período de implantação da ETG, em Goiânia, como foi relatado:

Em fevereiro, mesmo com a falta de muitos professores, tanto na área de educação geral quanto na formação profissional, tiveram início as aulas. Para minorar um pouco esse difícil quadro, se transferiu da antiga Escola de Aprendizizes Artífices da Cidade de Goiás, a professora de português, [...] de geografia e história [...] e de geometria e desenho. Porém, ainda faltavam professores para muitas outras matérias e era muito difícil nomeá-los, porque dependia de ato do Governo Federal, instalado no Rio de Janeiro. Durante todo o primeiro ano de funcionamento da Escola, muitas vezes, o Prof. Lisbôa⁵ reunia todos os alunos no auditório e ministrava aulas de matemática e/ou ciências físicas e naturais para as mais diversas turmas, reunidas num único salão (SILVA, 2006, p. 112-113).

Para ingressar no Ensino Básico (primeiro ciclo do ensino industrial) da ETG, o candidato precisava ter cursado pelo menos dois anos do ensino primário e ser aprovado em um exame de admissão, que continha provas das matérias de Português e Aritmética, além de uma avaliação de aptidão mental. Já, para ingressar nos cursos técnicos (segundo ciclo do ensino industrial), o aluno deveria ter concluído o primeiro

⁵ Professor Antônio Manoel de Oliveira Lisboa, foi o primeiro diretor da Escola Técnica de Goiânia (ETG), cargo que ocupou de 17/ 07/ 1941 até 08/ 08/ 1956 (HISTÓRICO, 1976).

ciclo (ou equivalente) e prestar exame vestibular, que avaliava conhecimentos nas áreas de Português, Matemática e Desenho⁶.

Este é um dos traços que diferenciavam a instituição, nesta sua nova fase, uma vez que, na antiga EAA, não se requeriam conhecimentos prévios, nem mesmo de leitura e escrita. A escola se encarregava de oferecer as primeiras letras, para aqueles que não tivessem o ensino primário. Segundo Cunha (2005), esta mudança demonstra uma alteração das finalidades e na filosofia da instituição, que se tornou mais seletiva e exigente para atender às demandas do momento histórico, que exigia uma formação mais elaborada. Nesse sentido, pode-se constatar uma mudança do nível de ensino oferecido. Na EAA, a principal finalidade era formar para o exercício de um ofício e a escolaridade obtida pelos poucos que, nela, concluíam os estudos era o primário. Já a ETG ministrava um ensino profissional equiparado ao nível médio (primeiro e segundo ciclos). Cunha (2005, p. 36) analisa esta mudança da seguinte forma:

A 'lei' orgânica do ensino industrial (Decreto-Lei n. 4.078 de 30 de janeiro de 1942) trouxe, como principal inovação, o deslocamento de todo o ensino profissional para o grau médio. O ensino primário passou a ter, então, conteúdo exclusivamente geral. O deslocamento do ensino profissional para o grau médio tinha a função principal de permitir que a própria escola primária selecionasse os alunos educáveis [...]

Na primeira seleção, do total de inscritos foram aprovados 170 alunos, dos quais 92 conseguiram vagas no internato. Ficando os 78 restantes como alunos semi-internos. Esta é outra diferença, nos serviços oferecidos pela instituição, visto que, na EAA, não havia o regime de internato.

Vale destacar que os alunos oriundos da Escola de Aprendizes Artífices não precisaram passar pelo exame de admissão. Algumas contradições do processo de transferência devem ser apontadas. Um dos entrevistados questionou, por exemplo, o fato de ter havido uma transferência da escola de Goiás para Goiânia, deixando a antiga capital desprovida de uma instituição que cumprisse seu papel:

[...] Crime do governo, pra mim. No meu pensamento, foi um crime, que ele fez, porque, desde que mudou a escola, lá passou a ser sede de associação, ficou abandonado, ficou pra nada. Ficou abandonado, lá. Os carentes não tiveram mais lugar pra estudar, não puderam mais estudar... (J. O. F.)

Além disso, nem todos os alunos da EAA puderam mudar-se para a nova capital, a fim de continuar seus estudos. Aqueles que precisavam trabalhar para se manter e/ou suas famílias tiveram que permanecer na Cidade de Goiás, sem outra opção

⁶ Informações obtidas nas fichas e históricos escolares dos alunos arquivadas na Coordenação de Registros Acadêmicos e Escolares (CORAE) do IFG.

para concluir sua profissionalização. Esta é a principal contradição que deve ser explicitada. A mudança da escola e sua adequação às exigências da legislação da época não possibilitavam a permanência, em seu interior, daqueles que viviam do trabalho, dentre outros motivos, devido ao regime de período integral. Os alunos que podiam usufruir das novas e modernas instalações eram aqueles que não precisavam trabalhar para se manter, por sua idade e condição econômica.

Cunha (2005) afirma que a clientela que frequentava as escolas industriais, no Brasil, era constituída por adolescentes e jovens que não trabalhavam, ao passo que as antigas escolas de artífices eram destinadas ao aprendiz, que estava inserido no mundo do trabalho, oriundos das camadas mais empobrecidas da sociedade como atestou um dos entrevistados ao referir-se à clientela da EAA: “Lá, a escola era composta de gente pobre” (J.O.F.).

O modelo de aprendizagem das antigas escolas, destinado aos filhos das famílias de baixa renda, continuou a ser desenvolvido, com algumas reformulações para atender às necessidades das indústrias em fase de consolidação no país, no recém-criado SENAI. Nas instituições que passaram no futuro a compor o denominado Sistema ‘S’, a aprendizagem deveria se desenvolvida metodicamente, em escolas mantidas pela indústria, junto às oficinas. Essas passaram a ser as escolas destinadas aos trabalhadores e seus filhos (CUNHA, 2005; CARNEIRO, 1998).

Com relação ao tipo de alunos atendidos pela ETG, a análise das entrevistas nos oferece alguns dados relevantes. Os depoimentos revelam que o nível socioeconômico dos alunos era bastante variado. É possível inferir que os estudantes que compunham o corpo discente da ETG não deveriam ser tão pobres quanto os alunos da antiga EAA, visto que suas famílias poderiam viver sem a contribuição de seu trabalho, no período que estavam estudando.

Vale registrar, ainda, outra diferença entre a EAA e a ETG. Na primeira, só existiam alunos do sexo masculino, como atestou o egresso oriundo da escola, na antiga capital. Já na ETG, as mulheres começaram, gradualmente, a se inserir na instituição. A primeira turma da Escola, em Goiânia, era composta apenas por meninos. As meninas só começaram a estudar na ETG, na segunda turma, ou seja, a partir de 1944.

É importante destacar que não era possível a matrícula de meninas no regime de internato, pois não havia acomodações destinadas a elas. Esta situação demonstra o caráter marginal das mulheres no interior da instituição. Elas não tinham os mesmos direitos a políticas de apoio para a permanência de alunas oriundas de outra localidade. Pode-se inferir que os definidores das políticas públicas da época consideravam

inconcebível que moças fossem estudar longe de seus pais e residir em uma escola mista.

Alunas da segunda turma da ETG (1944) em frente à entrada da instituição



Fonte: Acervo Etegeanos 50 anos

O currículo: cursos, disciplinas, atividades curriculares e extracurriculares

O Ensino Industrial estava organizado a partir das orientações contidas no Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942, que foi a primeira das “Leis Orgânicas do Ensino”. Essa legislação tinha “por objetivo fixar as bases de organização do ensino industrial em todo o país” (BRASIL, 1942). Esse Decreto-lei organizava o Ensino Industrial em dois ciclos. Na ETG, o primeiro ciclo era composto pelo Curso Industrial Básico e o segundo, pelo Curso Técnico.

O Curso Industrial Básico era ministrado nas escolas industriais, de forma seriada, com quatro anos de duração, em que os alunos cursavam disciplinas de cultura geral, referentes ao conteúdo do 1º ciclo do ensino secundário, e aprendiam um ofício em oficinas e laboratórios da escola. Nesse mesmo ciclo, existia, ainda, o Curso de Mestria, com duração de dois anos.

O 2º ciclo, no Curso Industrial, consistia em um curso técnico de três anos de duração, com possibilidade de um quarto ano, em que era realizado estágio supervisionado na indústria. Poderia, ainda, ser oferecido o Curso Pedagógico, que se

destinava à formação de professores e funcionários administrativos para este ramo de ensino. Este Curso Pedagógico tinha a duração de dois anos.

O Curso Industrial Básico da ETG era oferecido em diferentes áreas: Curso de Artífice em Serralheria; Curso de Artífice em Marcenaria; Curso de Artífice em Alfaiataria; Curso de Artífice em Arte de Couro; Curso de Artífice em Mecânica de Máquinas e Motores; Curso de Artífice em Tipografia e Encadernação⁷.

Na antiga Escola de Aprendizes Artífices de Goiás (EAA), as oficinas existentes eram Forja e Serralheria (seção de trabalhos em metais); Marcenaria e Entalhação (seção de trabalhos em madeira); Alfaiataria (seção de feitura de vestuário); Sapataria (seção de fabrico de calçados) e Selaria e Correaria (seção de trabalhos em couro).

Pode-se observar que, destes ofícios ensinados na antiga escola, permaneceram em funcionamento, na Escola Técnica de Goiânia, os cursos de Serralheria; Marcenaria e Alfaiataria. As oficinas de Sapataria e de Selaria e Correaria parecem ter sido agrupados em um único curso: Artífices em Arte de Couro.

Além destes, foram introduzidas novas áreas de formação: Curso de Artífice em Mecânica de Máquinas e Motores e Curso de Artífice em Tipografia e Encadernação. Vale destacar que os cursos oriundos da EAA estavam mais voltados para as atividades artesanais e os novos cursos à produção industrial, de acordo com as necessidades do contexto histórico em que foram criados. Em Goiás, no início do século XX, não existia atividade fabril que justificasse a existência de cursos ligados à produção do setor secundário. A ETG, porém, foi instalada em um momento em que o Brasil vivia a mudança do modelo agrário exportador para a substituição das importações por meio do incentivo ao crescimento da indústria local.

Apesar disso, os Cursos Técnicos Industriais só foram implantados e iniciaram as suas atividades após a primeira turma do Industrial Básico (1943 – 1946) ter concluído o primeiro ciclo, com duração de quatro anos. Assim, o segundo ciclo começou a funcionar, efetivamente, no ano de 1947. Os primeiros cursos que compuseram o Ensino Técnico na ETG foram: o Curso Técnico de Construção de Máquinas e Motores, o Curso de Edificações e o Curso de Eletrotécnica⁸.

De acordo com as informações obtidas na literatura da área e confirmadas pelos sujeitos entrevistados, o currículo do Ensino Industrial Básico (primeiro ciclo) era

⁷ Estas informações foram obtidas a partir da análise do conteúdo das fichas dos ex-alunos da ETG, consultadas nos arquivos da CORAE (IFG).

composto por Disciplinas de Cultura Geral (obrigatórias para todos os cursos) e Disciplinas de Cultura Técnica (específicas para cada curso, ou oficina).

Na Escola Técnica de Goiânia, no período abordado nesta investigação, as Disciplinas de Cultura Geral (obrigatórias para todos os cursos)⁹ eram Português, Matemática, Ciências Físicas e Naturais, Geografia do Brasil, História do Brasil, Desenho Técnico (básico – geométrico e descritivo), Educação Musical e Educação Física. A média dessas disciplinas, que eram distribuídas durante os quatro anos do curso, compunha a nota global das disciplinas de Cultura Geral. Nesse sentido, o ensino era distinto da EAA, ministrado em uma única sala multiseriada, de primeiras letras.

Alunos da primeira turma da ETG (Curso de Mecânica - 1943) trabalhando na oficina



Fonte: Acervo Etegeanos 50 anos.

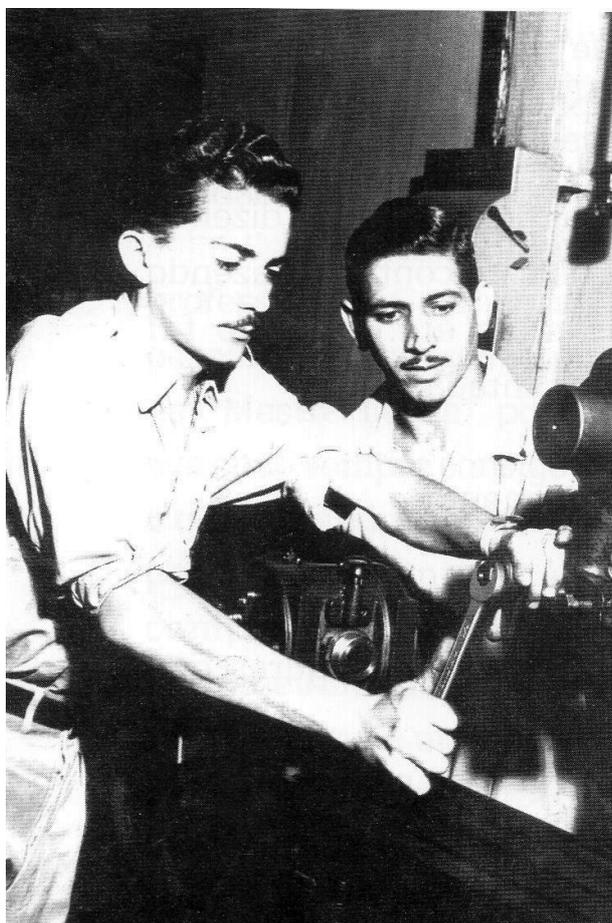
⁸ Só no início da década de 1960, foram implantados, gradativamente, outros cursos técnicos como: Agrimensura, Estradas, Eletromecânica, Mineração e Saneamento. Nesta época, o Brasil vivia outro momento de incentivo à industrialização sob a ideologia nacional desenvolvimentista.

⁹ Informações obtidas nos registros escolares dos alunos que frequentaram a ETG, no período de 1943 a 1959. Esse levantamento foi realizado na CORAE, por meio das pastas individuais dos alunos. Assim, após um exaustivo trabalho de garimpagem de dados, foi possível levantar os cursos e as disciplinas oferecidas pela instituição, pois não foi encontrado nenhum outro documento oficial que contivesse estas informações referentes ao currículo.

As Disciplinas de Cultura Técnica eram específicas para cada curso ou oficina¹⁰. A média dessas disciplinas compunha a nota global das disciplinas de Cultura Técnica.

O núcleo de cada curso era a Tecnologia e a Prática de Oficina. Essa segunda era subdividida em diversas disciplinas de acordo com o curso. As disciplinas de Tecnologia e Desenho eram reforçadas, na prática das oficinas, com os conhecimentos básicos necessários a cada curso específico. As disciplinas referentes à prática de oficina eram distribuídas durante os quatro anos nos diferentes cursos.

Alunos trabalhando na oficina de mecânica da ETG
Década de 1940



Fonte: Silva (2006).

¹⁰ Nas entrevistas, os egressos se referiam a cada curso usando o termo ‘oficina’. A partir das falas dos entrevistados foi possível apreender que, no Curso Industrial Básico, todos os alunos cursavam as disciplinas de Cultura Geral juntos. Posteriormente, eles se dividiam por oficinas, de acordo com seus interesses, aptidões e desempenho, após um rodízio inicial por todas elas.

Nos cursos do segundo ciclo, Ensino Técnico Industrial, o currículo também estava dividido em duas partes: as Disciplinas de Cultura Geral (obrigatórias para todos os cursos) e as Disciplinas de Cultura Técnica (específicas para cada curso – oficina).

As Disciplinas de Cultura Geral do segundo ciclo eram: Português, Matemática, Inglês (língua estrangeira), Física, Química, História Natural, História Universal, Geografia Geral, Contabilidade Industrial, Organização do Trabalho, Higiene Industrial e Desenho. Essas disciplinas eram distribuídas durante os três anos do curso e sua média compunha a nota global de Cultura Geral.

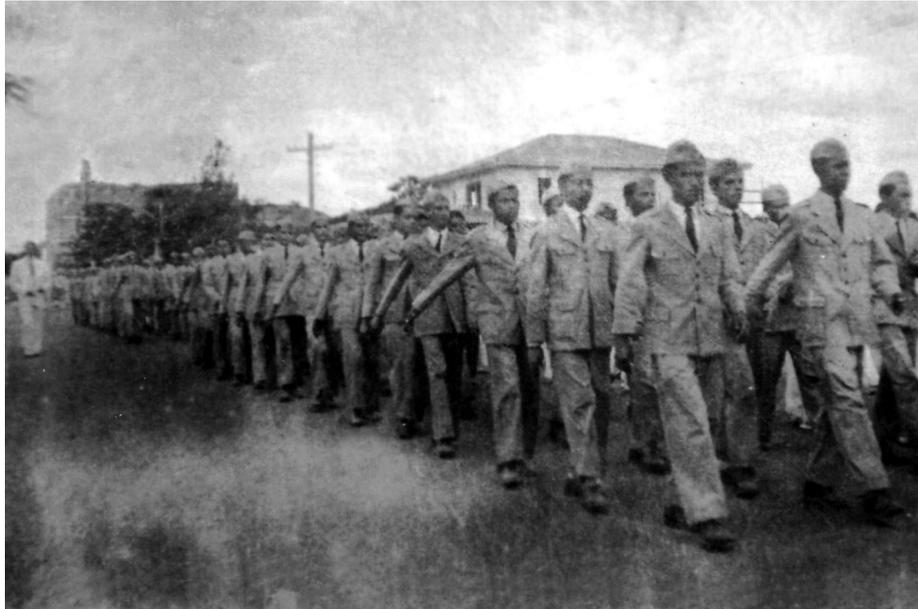
As Disciplinas de Cultura Técnica eram: Tecnologia, Complementos de Matemática e Oficina (a oficina era subdividida em diversas disciplinas, de acordo com o curso). A média dessas disciplinas compunha a nota global de Cultura Técnica. As disciplinas de Tecnologia, Complementos de Matemática e Desenho eram reforçadas, na prática das oficinas, com os conhecimentos básicos necessários de cada curso específico.

A ênfase destes cursos, porém, não era a formação propedêutica, voltada para a continuação dos estudos no nível superior, mas a preparação para o exercício profissional, como atesta um dos entrevistados:

Nosso currículo, aqui, de segundo grau, não acompanhava o currículo do Liceu, esses currículos propedêuticos. A Escola Técnica era mais voltada para a parte técnica (H.N.).

Os egressos, que participaram da pesquisa, enfatizaram a variedade de atividades extraclasse que a escola oferecia, além das disciplinas de Cultura Geral e Técnica, para promover essa formação ampla. Além disso, a participação nos eventos cívicos foi lembrada por todos os egressos. No período do Estado Novo, o governo incentivava o amor à Pátria como uma forma de legitimar sua postura autoritária e, ao mesmo tempo, difundir a ideologia nacionalista desenvolvimentista.

Alunos da Escola Técnica de Goiânia em desfile cívico
Década de 1940



Fonte: Acervo MIS-GO.

Silva (2006) registra a importância do grêmio estudantil na vida da Escola, que era percebido como porta-voz dos alunos junto à direção. No início de sua constituição, essa associação discente contou com a colaboração de alguns professores que ajudaram nas principais ações para a sua efetiva organização, como a elaboração do seu estatuto, a condução da eleição da primeira diretoria e a estruturação dos distintos departamentos que a compunham. Ao grêmio estudantil, coube a relevante responsabilidade de criar, organizar e fazer circular o jornal da instituição, “O ETG”, assim como fazer funcionar o Clube de Oratória e o Grupo de Teatro.

Alunos no interior do Teatro (auditório) da ETG
Década de 1940



Fonte: Acervo Etegeanos 50 anos.

Dentre as atividades do grêmio, vale destacar a edição do jornal “O ETG”¹¹, que divulgava os acontecimentos e as ideias do corpo discente e docente da Escola. Este veículo de comunicação, criado em 1945, era organizado e escrito pelos alunos da Escola Técnica de Goiânia, composto e impresso na sua oficina de Tipografia e Encadernação.

Foi possível verificar, nos trechos transcritos de suas falas, que todos os entrevistados destacaram a importância da formação cultural e política a qual os alunos tiveram acesso na ETG. Segundo eles, a escola não preparava apenas para atuar profissionalmente, mas também dava condições de prosseguir nos estudos, no nível superior, e, principalmente, preparava para a vida. Isso permitiu a formação de lideranças políticas locais, como destaca um egresso, no trecho a seguir:

A escola prestou um serviço extraordinário, formou muita gente decente ali. Pra você ver: o Íris [Resende] foi de lá. Foi vereador, foi prefeito, foi governador, foi ministro da agricultura. Tem aquele Sebastião de Castro, que também foi da escola e foi juiz, foi desembargador aqui, foi ministro do supremo. Então, a gente olha isso e fala assim: a escola subiu demais. Mas eu gostaria de deixar com vocês esta visão que eu tenho: nós tivemos professores que amavam a escola e a gente via que eles queriam ensinar [...] A gente vê [que a Escola] cresceu em todos os sentidos, tanto o quadro de docentes quanto os alunos que saíram de lá e que são cidadãos, aí fora (H.N.).

¹¹ Nesta pesquisa, foi possível consultar três números deste jornal. O primeiro, o Jornal de nº 1, Ano I de setembro de 1945. Foi consultado, ainda, a edição nº. 03, Ano I, nov./dez. 1945 O outro número consultado foi publicado em maio de 1946, o nº 5, Ano II.

Materiais didáticos, equipamentos e metodologias de ensino

O ensino da “Cultura Técnica” era eminentemente prático, desenvolvido por meio do trabalho nas oficinas. De acordo com as entrevistas, os equipamentos e maquinários destinados a essa tarefa na ETG, diferentemente da EAA, eram os mais modernos da época e fascinavam os alunos que a eles tiveram acesso:

[...] lá na Escola Artífice, [...] o maquinário era do século passado, quer dizer, [tinha] mais de quarenta anos de funcionamento, lá na escola. E quando veio pra escola de Goiânia, era o maquinário atualizado, como a primeira máquina automática gráfica que entrou em Goiânia. Foi lá na Escola Técnica, a primeira máquina automática. (J. O. F.).

Entretanto, diferente da EAA, o aprendizado nessas oficinas se realizava de forma mais sistematizada, seguindo os princípios desenvolvidos pelo IDORT.

De acordo com Müller (2010), o IDORT - Instituto de Organização Racional do Trabalho - foi criado, em 1931, com o objetivo principal de disseminar o processo de trabalho desenvolvido por Taylor, apresentando o taylorismo como solução para redução de custos e aumento na produtividade das empresas. Idealizado por um grupo de empresários, o IDORT recebeu o apoio da Associação Comercial de São Paulo e da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e promoveu, como primeira medida, a implantação de cursos de formação profissional em parceria com algumas empresas. A partir de 1934, o IDORT¹² dirigiu suas atividades também para a administração pública.

Müller (2009) denomina “*taylorismo tropical*” o modelo do taylorismo adotado no Brasil, no qual a participação dos operários era mínima ou nenhuma. A autora afirma que o operário era criticado pelos industriais devido à sua indisciplina, pouca cultura e limitada experiência da vida produtiva, além de ser taxado ora como subversivo ora como demasiado ingênuo. Diante disso, ele jamais era considerado como parceiro na tarefa de implantar no país uma organização racional do trabalho fabril, mas como seu maior obstáculo.

¹² O IDORT exerceu influência decisiva na formulação das políticas governamentais em todo o período pós-Revolução de 1930 que se estende até 1945, marcando fortemente a reorganização educacional, não apenas no que se refere ao ensino profissional, no qual sua orientação foi decisiva. Roberto Mange e Lourenço Filho (signatários do “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” – 1932) atuaram como colaboradores na elaboração das Reformas Capanema de 1942-1943, das quais resultaram a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e as leis orgânicas do ensino industrial, secundário e comercial (SAVIANI, 2007).

A racionalização, assim colocada, tem profundos efeitos sociais e contraria de forma patente as ideias fundamentais do marxismo. Com o objetivo de formar operários e, por extensão, seres humanos disciplinados e produtivos, a educação a serviço da racionalização perde seu olhar crítico sobre o trabalho e sobre as sociedades capitalistas, tentando justificar-se com discursos de busca do progresso, de realizações profissionais futuras e de ascensão social (MÜLLER, 2009, p. 20).

A Escola Profissional Mecânica¹³, criada em São Paulo, em 1924, foi a precursora do IDORT e da metodologia por ele disseminada. Duas importantes inovações foram introduzidas nos cursos dessa escola: as séries metódicas de aprendizagem e os testes psicológicos para a seleção dos aprendizes.

As séries metódicas foram adotadas como substitutas dos modelos artesanais de aprendizagem de ofícios e se mostraram mais eficientes, identificando-se com os preceitos da racionalização e organização científica do trabalho próprios da concepção taylorista, que representava o que havia de mais moderno e inovador nos processos industriais naquele momento. Cunha (2005) esclarece que as séries metódicas ocupacionais

[...] resultam da aplicação do método de ensino individual ao estudo dos ofícios industriais. As tarefas consideradas típicas de cada ofício eram decompostas em operações simples, compreendendo quatro fases, a saber: estudo da tarefa, demonstração das operações novas, execução da tarefa pelo educando e avaliação. As tarefas eram atribuídas aos aprendizes de acordo com o grau crescente de complexidade e conforme o ritmo individual de aprendizado. Os conhecimentos de caráter geral (científico e tecnológico) eram ministrados na medida da necessidade das tarefas praticadas, e à medida que elas eram executadas (CUNHA, 2005, p. 132).

Na ETG, foi desenvolvido uma forma de seleção interna: o “rodízio” nas diferentes oficinas, realizado no primeiro ano do Ensino Básico Industrial. Por meio desse “rodízio”, os alunos conheciam e se familiarizavam com as diversas oficinas. Assim, cada aluno poderia selecionar aquela com a qual mais se identificasse. Por sua

¹³ Conforme Cunha (2005), em 1924, por meio de um acordo firmado entre quatro empresas ferroviárias e o Liceu de Artes e Ofícios, foi criada, no interior desta instituição, a Escola Profissional Mecânica. Segundo o referido autor, o acordo estabelecia que os cursos oferecidos por essa escola deveriam ser mantidos pelas ferrovias e, também, por verbas do governo, repassadas pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. O projeto deveria ser acompanhado e orientado de forma conjunta, com representantes de cada uma das empresas envolvidas. O objetivo estratégico dessa iniciativa seria dar ao trabalhador-aprendiz uma formação mais dinâmica e especializada, na tentativa de alcançar uma maior eficiência do processo produtivo, ou seja, o aumento da produção e a melhoria da qualidade do produto final, com o menor tempo de trabalho. A coordenação dos assuntos didático-pedagógicos, de acordo com os relatos de Müller (2009), ficou sob a responsabilidade do engenheiro suíço Roberto Mange, aficcionado defensor do taylorismo, da psicotécnica e da formação científica e racional do trabalho. A metodologia desenvolvida nesta instituição influenciou decisivamente tanto a formação nas escolas técnicas industriais, na Década de 1940, como nas instituições do futuro Sistema “S”.

vez, o estudante, também, era testado com relação às suas habilidades e seu desempenho. Seguem trechos da entrevista de um egresso que aborda este aspecto peculiar do ensino industrial na ETG:

Todos os cursos oferecidos pela escola, os alunos passavam quinze dias aqui, quinze dias ali [...] quando ele fechava o circuito, ele tinha noção de todos os cursos, por onde ele passou, onde ele trabalhou [...] Então, procurava-se dar uma diretriz para o aluno através disso. Porque os testes [...] é muito relativo isto, porque depois ele chega lá e tem medo de máquina. Então, esse rodízio corrigia o primeiro ano [...] Eu ia definir só no fim do ano o meu curso. Com uma condição: os cursos de preferência eram mecânica, eletricidade, marcenaria e alfaiataria eram menos. Artes gráficas era, talvez, mais um pouquinho, porque o aluno via mexer com livro, impressão, tinha linotipo, que fazia as linhas ali, tudo [...] Então, o aluno, às vezes, despertava mais pra isso. Ah! Tinha encadernação! Ele vê o livro impresso e depois encadernado! Aquilo guiava um pouco o despertar do aluno. [...] O primeiro ano era o rodízio, depois, o segundo, o terceiro e o quarto era mesmo a formação. Você já tinha escolhido (H.N.).

Silva (2006) explica que as possibilidades de escolha da oficina dependiam do aproveitamento do aluno. Deste modo, esse rodízio se tornava uma seleção interna a que o aprendiz era submetido. Como se lê:

No período da tarde, totalmente destinado ao aprendizado prático das profissões oferecidas, nos dirigíamos às mais variadas oficinas profissionalizantes (mecânica, serralheria, marcenaria, alfaiataria, artes em couro e tipografia e encadernação), que éramos obrigados a frequentar por um determinado período ao longo do primeiro ano. A partir do segundo ano, após ter recebido as noções básicas de todos os cursos profissionais oferecidos e, dependendo de nosso aproveitamento escolar, podíamos escolher a qual deles queríamos nos dedicar mais especificamente e para a qual receberíamos formação minuciosa, detalhada e criteriosa, ao longo dos três anos seguintes. (H.N., p. 94-95)

Apesar do ideário progressivista e da modernidade do maquinário e equipamentos das oficinas, o ensino das disciplinas de Cultura Geral era realizado de maneira tradicional, sem a preocupação com o emprego de recursos e metodologias variadas, como atestam os discentes que participaram desta investigação, ao serem indagados acerca dos recursos didáticos utilizados pelos seus professores:

Era tudo bem simplório. Os professores utilizavam muito o quadro e giz. Não tinha muita coisa, assim não. Agora que tem, melhorou o curso, mas, naquela época, não. Não tinha muita coisa, né? (O.A.)

Os recursos didáticos eram muito pobres. Era mais o “famoso” quadro negro. Tinha uma professora de desenho, ela era odontóloga. Essa senhora, professora Laura da Costa Nunes, a professora Laura tinha um “banner” de geometria. Começava lá no ponto: o ponto, a linha, a reta, a linha sinuosa, as linhas curvas, tudo quanto é linha. Depois vinham ângulos, tudo quanto é ângulo: triângulos, depois, figuras planas. Ainda, vinha o quadrado, o trapézio. Depois, os corpos sólidos, a pirâmide, o cilindro, e aí vinha aquilo

tudo. Estava lá no quadro, como se fosse um quadro desse aqui. Ela, com uma varinha, pegava ali. Era o recurso didático que ela tinha (H.N.).

Da mesma forma que os professores tinham poucos recursos para ensinar, os alunos possuíam poucos materiais para estudar. Quando foram perguntados sobre os livros que tinham à disposição, os egressos afirmaram que eles eram poucos, assim como os cadernos:

Ora, nós tínhamos, por exemplo, cinco cadernos. Cinco cadernos, um pra cada matéria. Nós tínhamos um livro pra cada matéria. Por exemplo, hoje é segunda-feira, [...] vai ter aula de ciências, geografia e história. Nós levamos três livros e três cadernos [...] Então, nós usávamos aqueles livros. Ninguém levava o supérfluo (J.O.F.).

Um questionamento feito aos sujeitos que participaram da pesquisa foi se a instituição oferecia mais algum benefício, além da gratuidade do ensino e das refeições servidas para os alunos que ali estudavam. Uma das egressas, que frequentou a instituição como semi-interna, explicou que eles não recebiam livros e materiais didáticos, somente uniformes e calçados, como se evidencia em sua fala a seguir:

Uniforme, os benditos dos tênis, dos sapatos que eram fabricados, lá mesmo: o tal dos “tanques”. Sapatos “tanque”, que acabavam com os dedos da gente, faziam bolhas nos dedos, eram uns sapatos pesados. E davam uniforme, também. Livros, não. Davam, não. A gente podia pegar na biblioteca e, depois, devolver, né? Assim, eu não me lembro de ganhar livro. Não me lembro, não. A refeição eles forneciam pra todo mundo (O.A.).

Evidencia-se que os materiais didáticos para enriquecer as aulas eram escassos, como também o eram aqueles oferecidos para o estudo dos alunos, que não recebiam livros didáticos e/ou literários. Eles tinham, porém, os livros à sua disposição, na biblioteca da Escola.

Outro egresso que participou da primeira turma da ETG, como interno, relatou que, para estes, além do uniforme, era oferecido um enxoval de cama e banho:

O interno vivia lá dentro, tinha roupa lavada, roupa de cama, tinha tudo e do melhor! Era Artex! Tudo, uma beleza! Toalhas boas, os lençóis, tudo, tudo muito bom, muito limpo! (H.N.).

Ao tratar deste assunto, foi possível constatar, nas falas dos egressos, que existiam algumas políticas de apoio e permanência para os alunos da ETG, que consistiam em: aproximadamente cem vagas para o regime de internato (destinadas apenas aos alunos do sexo masculino); cinco refeições diárias para os internos e três, para os semi-internos; uniformes para todos os estudantes e enxoval de cama e banho,

para os internos, porém livros e materiais didáticos não eram fornecidos aos discentes, neste período inicial da Escola.

Isso demonstra, mais uma vez, a que clientela e a qual finalidade destinava-se a instituição. Era uma instituição criada para formar trabalhadores. Assim, muitos alunos, para poder concluir os estudos, precisavam de ajuda, como moradia, alimentação e vestuário. Livros, porém, não eram tão importantes. Embora os alunos mencionem a existência da biblioteca, para o tipo de ensino ali ministrado, o maquinário moderno e os equipamentos de trabalho eram um investimento mais produtivo.

Algumas Considerações

A criação da EAA de Goiás, em 1909, deve ser analisada no contexto dos debates e das políticas educacionais, empreendidas no início do Século XX, nas quais predominava um “otimismo pedagógico”, que atribuía à educação a tarefa de dirimir todas as mazelas sociais, econômicas e políticas. A criação destas escolas, em todo o país, relacionou-se muito mais à preocupação com os conflitos sociais decorrentes da crescente urbanização do que com a implementação de políticas educacionais destinadas à formação profissional.

Embora, na justificativa de criação das Escolas de Aprendizes Artífices, tenham sido utilizados argumentos voltados para propósitos industrialistas, na realidade, o incipiente complexo fabril existente no país, ainda, não demandava um significativo contingente de força de trabalho qualificada. As escolas, que se encontravam distantes dos centros de desenvolvimento industrial, como a da Cidade de Goiás, adaptaram-se ao mercado local ensinando, apenas, os ofícios artesanais, compatíveis com as oportunidades de atuação profissional para os seus educandos.

Assim, a função assistencialista, disciplinadora e moralizadora da escola tornou-se preponderante sobre sua função de preparadora da força de trabalho. Em Goiás, isto ficou mais evidente devido ao nível de desenvolvimento das forças produtivas no estado, que permanecia eminentemente agrário, com a economia fundamentada na agricultura de subsistência e uma incipiente pecuária de corte para o comércio com outras regiões do país.

Por sua vez, a ETG assumiu funções condizentes com o momento político e econômico da sociedade brasileira e com o papel da Região Centro-Oeste, no processo de passagem de um modelo agrário-exportador para o modelo de substituição das

importações, por meio da industrialização do país, vivenciado entre as décadas de 1930 e 1940. Os estudos realizados evidenciaram a importância política e econômica da escola, nesse momento histórico, em que o Brasil necessitava expandir a área produtora de matérias-primas para a indústria em desenvolvimento e ampliar seu mercado interno consumidor.

Assim, diferente das antigas escolas de aprendizes artífices, que eram orientadas por um caráter fortemente assistencialista e tinham a pobreza como critério suficiente para o ingresso, as novas escolas industriais, como a ETG, passam a selecionar seus alunos por meio de “exames vestibulares”. Esta seletividade e o funcionamento em tempo integral constituíram-se razões que excluíram do ensino industrial muitos alunos provenientes das camadas populares. Assim, conforme analisado nesta pesquisa, as leis orgânicas elaboradas no Estado Novo (1937-1945) aumentaram a dualidade existente na educação brasileira, pois as escolas técnicas passaram a ter como clientela os adolescentes e jovens que ainda não estavam trabalhando. Além disso, houve a alteração no nível de ensino oferecido. Na antiga EAA o aluno obtinha o grau primário, caso concluísse os estudos. Na ETG, seguindo as alterações promovidas pela Reforma Capanema, o aluno obtinha o grau secundário.

Essas mudanças exigiram uma nova organização curricular, bem como uma metodologia mais adequada aos objetivos propostos: a formação de trabalhadores especializados, competentes e disciplinados para promover o progresso econômico do país. Nesse sentido, o modelo de aprendizagem de ofícios foi substituído pelas séries metódicas, compatíveis com o maquinário moderno das oficinas e com a ideologia taylorista/fordista, adotado para a formação de um trabalhador que se adequasse às exigências do momento político e econômico que o Brasil vivenciava durante a vigência do Estado Novo.

Vale destacar que esta pesquisa foi realizada em uma abordagem qualitativa, sem a intenção de generalizar os resultados obtidos, o que não minimiza a importância do conhecimento elaborado. Aprender o significado atribuído a este processo pelas pessoas que o vivenciaram foi fundamental para contribuir com a construção da memória do IFG. Com os dados obtidos e as análises desenvolvidas foi possível criar uma zona de sentido sobre o tema investigado e assim lançar bases para futuros estudos.

Referências

BRASIL, Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942. *Lei orgânica do ensino industrial*. Rio de Janeiro, 1942.

CARNEIRO, Maria Esperança Fernandes. Retórica da educação geral e o mito da qualidade total: um estudo de caso da “Beer Free”. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo). São Paulo: 1998.

COELHO, Neiva Gustavo. *Guia dos bens imóveis tombados em Goiás*. Goiânia: Trilhas Urbanas, 2005.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino Profissional na irradiação do industrialismo*. 2ª ed. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: FLACSO, 2005.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (org.) *Metodologia da pesquisa educacional*. 4 ed. São Paulo: Cortez, 1997. p. 69-90.

HISTÓRICO da Escola Técnica Federal de Goiás. Goiânia, 1976 (Lançado no livro do tomo, em 30 de junho de 1978, p. 198).

MARX, Karl; ENGELS Friedrich. *A ideologia alemã: teses sobre Feuerbach*. São Paulo: Editora Centauro, 2005.

MÜLLER, Meire Terezinha. A educação profissionalizante no Brasil – das corporações de ofícios à criação do SENAI. *Revista Estudos do Trabalho*. Ano III, n. 05, Marília, UNESP, 2009, p. 01-31. Disponível em <http://www.estudosdo.trabalho.org>. Acesso em 01 de outubro de 2013.

_____. O SENAI e a educação profissionalizante do Brasil. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, n.40, p. 189-211, dez. 2010 Disponível em http://www.histedbr.fae.unicamp.br/revista/edicoes/40/art12_40.pdf Acesso em 18 de outubro de 2013.

SAVIANI, Dermeval. *História das idéias pedagógicas no Brasil*. Campinas, SP: Autores Associados, 2007. (Coleção memória da educação)

SILVA, José Joaquim de Almeida e. *Hélio Naves: um homem, uma história, uma missão*. Goiânia: Kéops, 2006.